

PROCESSOS DE TURISTIFICAÇÃO DO ESPAÇO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA

Cleber Augusto Trindade Castro¹
Maria Goretti da Costa Tavares²

RESUMO

O turismo aparece como uma das principais opções adotadas para a dinamização dos espaços do patrimônio cultural, selecionando, adaptando e comercializando os espaços das áreas centrais urbanas, patrimonializados e utilizados enquanto espaços turísticos, para visitação e contato com a história e a cultura das cidades. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os processos de turistificação do bairro Cidade Velha, para compreender como esses processos têm contribuído à produção do espaço desse bairro. Como objetivos específicos, tivemos a identificação dos agentes dos processos de turistificação no bairro e a análise de suas estratégias de apropriação e uso do espaço. Este trabalho é importante enquanto contribuição para o debate teórico e prático para políticas de gestão do patrimônio cultural urbano, para a elaboração de alternativas de modelos de desenvolvimento do turismo e de apropriação desse patrimônio. O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa dos dados coletados e analisados a partir de pesquisa documental e observação direta em campo, com entrevistas semiestruturadas com agentes sociais apontados na teoria que dá suporte à pesquisa e registro fotográfico. O estudo evidencia, a partir do estudo de caso do Centro Histórico de Belém, que a turistificação do espaço do patrimônio cultural ocorre via múltiplos processos de apropriação e uso dos elementos culturais patrimonializados, por múltiplos agentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: TURISMO. TURISTIFICAÇÃO. ESPAÇO TURÍSTICO. PATRIMÔNIO CULTURAL. AMAZÔNIA.

¹ Turismólogo (UFPA); Mestre em Geografia (UFPA); Doutorando em Turismo (UFRN). Professor no Departamento de Turismo (UFRN). E-mail: cleber.at.castro@gmail.com

² Geógrafa (UFPA); Mestre e Doutora em Geografia (UFRJ); Pós-Doutorado em Geografia do Turismo (Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne). Professora Associada da Faculdade de Geografia e Cartografia, bem como do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA). E-mail: mariagg29@gmail.com

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural e a atividade turística têm uma relação de aproximação e ajuda mútua nas estratégias de valorização e dinâmicas espaciais. Realidades que exemplificam isso podem ser encontradas em várias áreas centrais das cidades brasileiras, valorizadas em discursos e políticas por possuírem elementos ligados à história e à cultura das cidades, e que têm o turismo como meio de revalorização, dinamização econômica e possibilidade de ostentar aos visitantes esse legado cultural.

No entanto, a despeito do que se pode imaginar, “patrimônio cultural” e “espaço turístico” não possuem uma existência *a priori*, como elementos dados, prontos a serem apropriados, usados e compreendidos como tais. Pelo contrário, torna-se evidente que é por meio de um jogo de decisões, interesses, simbolismos e ações políticas que os espaços urbanos, ou pelo menos parte deles (especialmente, para esta pesquisa, suas áreas centrais antigas) vem sendo revalorizados, reconstruídos e ressignificados por meio de estratégias que visam à preservação e ao uso de aspectos materiais e imateriais desses espaços.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os processos de turistificação do bairro Cidade Velha, para compreender como esses processos têm contribuído à produção do espaço desse bairro. Como objetivos específicos, tivemos a identificação dos agentes dos processos de turistificação no bairro e a análise de suas estratégias de apropriação e uso do espaço.

A patrimonialização e a turistificação, enquanto processos socioespaciais, têm contribuído significativamente para a produção do espaço urbano, por meio do conflito entre interesses exógenos às áreas, e as dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender demandas dos agentes locais. Na Amazônia, esses processos também têm possibilitado rearranjos em áreas urbanas, como é possível ser percebido em intervenções de renovação de áreas históricas nas

idades de Rio Branco (AC), Manaus (AM) e no Centro Histórico da cidade de Belém (PA), esta última que tem recebido, principalmente nos últimos 20 anos, ações governamentais e apropriações privadas de refuncionalização de aspectos espaciais que dizem respeito à história e à cultura da cidade, também com o objetivo de dinamizar a atividade turística na cidade, utilizando essas áreas.

A pesquisa permite compreender as consequências das políticas para o patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo nos aspectos materiais e nas relações sociais e simbólicas no bairro estudado. Além disso, o trabalho permite evidenciar a diversidade de agentes e de estratégias socioespaciais contraditoriamente presentes nesses processos.

O bairro da Cidade Velha, que contém parte do Centro Histórico de Belém, foi escolhido para essa pesquisa como caso representativo das dinâmicas socioespaciais que tem ocorrido nas áreas urbanas, onde os processos estudados apresentam-se como tendências nessas dinâmicas. Este trabalho é importante enquanto contribuição para o debate teórico e prático para políticas de gestão do patrimônio cultural urbano, para a elaboração de alternativas de modelos de desenvolvimento do turismo e de apropriação desse patrimônio.

O trabalho também traz contribuição para a ampliação da visão turística sobre a Amazônia, onde os aspectos naturais são supervalorizados, ressaltando também a existência de um patrimônio cultural urbano, o que possibilita pensar alternativas de turismo também nesse espaço, já que há o predomínio de estudos sobre modelos alternativos de turismo em áreas não urbanas.

O estudo é importante para se pensar as políticas nas áreas do patrimônio e do turismo, na cidade de Belém, e serve para a reflexão dos vários agentes ligados a essas áreas e ao bairro Cidade Velha, nesses processos de apropriação e uso do bairro, enquanto espaço importante para a cultura local e para as atividades turísticas, mas, em primeiro lugar, para um cotidiano com qualidade nessa cidade.

Para o desenvolvimento do estudo, com abordagem qualitativa, foi realizado um levantamento e análise documental, para o acesso a dados sobre o bairro estudado, focando no seu processo histórico de construção e registro de políticas que contribuíram

para sua turistificação. Foram consideradas, principalmente, informações sobre a atuação do Estado, nas áreas do patrimônio cultural e do turismo, consultando planos e programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), Fundação Cultural de Belém (FUMBEL), Ministério do Turismo (MTUR), Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR).

O estudo também contou com um trabalho de campo, desenvolvido por meio da observação participante, que nos foi propiciada grande parte em função da realização do projeto de extensão “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o Centro Histórico de Belém, na Amazônia”, do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo, da UFPA, no qual os autores atuaram.

Nesse momento, foi possível o envolvimento com agentes de diversos grupos sociais que atuam no bairro Cidade Velha (moradores, trabalhadores, agentes estatais, visitantes, promotores culturais, outros pesquisadores da área, etc.) e a participação em diversos momentos da vida desses agentes, como princípio da observação participante apontada por Turra Neto (2011). Esse autor explica que para essa técnica de pesquisa não há regras definidas quanto ao caminho a ser percorrido pelo pesquisador, e sim que esse caminho é construído com a caminhada da pesquisa, que deve ser adequada aos problemas de pesquisa.

Participamos de reuniões dos moradores do bairro com o IPHAN, onde foram tratadas diversas questões relacionadas às leis de preservação que incidem no bairro e a discussão de problemas apontados pelos moradores, nos diversos usos do espaço do bairro. Também estivemos presentes no bairro durante diversos eventos culturais lá promovidos em 2011, tais como Carnaval (fevereiro), Festival de Verão (julho), Auto do Círio (outubro), Arrastão do Peixe Boi (março).

Participamos também de reuniões da Rede Nossa Belém (RNB), vinculada ao Observatório Social de Belém, organização civil que tem por objetivo principal o monitoramento da gestão dos recursos públicos da cidade, onde foi possível ter acesso às discussões de estratégias de participação, especialmente dos moradores da Cidade

Velha, na gestão de Belém. Esse modo de desenvolvimento do trabalho de campo foi complementado por registros fotográficos, fundamental para uma (re)leitura do espaço geográfico estudado.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes representantes dos grupos sociais apontados pelo aporte teórico da pesquisa, considerando também as observações em campo. Esse tipo de entrevista implica em um diálogo mais livre do que a aplicação de questionários e o preenchimento de formulários, seguindo um roteiro de entrevista composto por pautas ou perguntas mais gerais sobre a temática de pesquisa. A escolha da entrevista semiestruturada também se deu pela liberdade em questionar sobre aspectos que não estavam previstos no roteiro de entrevista, mas que, surgiram como importante para o desenvolvimento da pesquisa (GIL, 1989; MAY, 2004; GASKELL, 2008).

Foram entrevistados os agentes ligados aos órgãos públicos: Superintendência do IPHAN no Pará, SECULT, FUMBEL, PARATUR e BELETUR. Também foram entrevistados os Presidentes das associações de moradores do bairro Cidade Velha (Associação Cidade Velha, Cidade Viva e Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha), trabalhadores autônomos que atuam no bairro, um representante dos promotores de eventos culturais no bairro (como blocos de carnaval) e visitantes da cidade de Belém, presentes no bairro durante a realização do Auto do Círio, na programação do Círio de Nazaré 2011.

TURISMO E O PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO

É possível remeter-se a atividades e relações humanas ligadas ao deslocamento de pessoas e estruturas, que permitem dizer que, em vários tempos históricos pretéritos, a viagem esteve presente nas sociedades. No entanto, estamos aliados aos diversos autores, entre eles Krippendorf (2001), Barretto (2003) e Figueiredo (2010), para abordar o turismo enquanto atividade que tem suas características estruturadas em tempos modernos, relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças sociais, econômicas e espaciais ocorridas a partir do século XIX.

Entende-se, nessa abordagem, que somente com as condições tecnológicas (entre elas os transportes, e os meios de comunicação) e as condições sociais (como ganhos de tempo livre do trabalho e férias remuneradas) dispostos naquele período é que essa atividade, que hoje entendemos como turismo, pôde se desenvolver.

Portanto, o turismo implica viagens de ida e volta, a um lugar diferente daquele a qual o turista pertence, predominantemente ligado à atividades de lazer, ainda que as vezes o deslocamento seja realizado no contexto de atividades profissionais.

Predomina nos discursos oficiais de agentes do Estado e do mercado turístico, reproduzido em outras instâncias, de que o turismo é uma atividade com grande capacidade de ganhos econômicos, como geração de emprego e movimentação financeira no lugar que recebe fluxos turísticos. No entanto, sobre mesmos aspectos e com Sinclair e Stabler (2009, p. 153), destacam que o modo como essa atividade ocorre, na verdade, pode ter o efeito inverso, sobretudo os modelos de desenvolvimento turístico pautado nas empresas do sistema comercial global ou hábitos de consumo que priorizam insumos (produtos) vindos de fora do local.

Para esses autores,

[o] consumo que os turistas fazem de alimentos e bebidas importados de seus países de origem, em hotéis pertencentes a conterrâneos e administrados por eles, é um excelente exemplo de como a receita pode escapar do país de destino. (SINCLAIR e STABLER, 2009, p.153).

Portanto, ganhos para a localidade receptora do turismo não são garantias, podendo significar até mesmo prejuízos para os ganhos econômicos de agentes externos a essa localidade.

Por ter seu desenvolvimento no contexto no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o turismo, ao mesmo tempo em que é uma atividade sociocultural (BARRETTO, 2003), que marca a sociedade atual, também propiciou o desenvolvimento de um setor econômico que, por possuir grande capacidade de dinamização de capital, tem recebido grande atenção de pesquisas científicas e governos.

Lefebvre (1974, p. 221) contextualiza o desenvolvimento da atividade turística com o desenvolvimento do modo de produção capitalista do espaço, dizendo que,

[...] com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio.

Portanto, o desenvolvimento do turismo implicou também em apropriação e uso de espaços, por meio da ressignificação e refuncionalização de espaços, como a praia e o mar, que em outros tempos, eram espaços temidos, ocupados por transgressores sociais (como os piratas). Aquele autor ressalta, ainda, que o turismo é um dos subsistemas, “por meio dos quais a sociedade existente se organiza e organiza a cotidianidade segundo uma ordem ou ordens próximas”. (LEFEBVRE, 1991, p. 83-84)

Por contribuir de maneira particular, mas intensamente, com a dinâmica espacial, o turismo passa a ser analisado a partir dessa dinâmica, uma vez que, conforme expõe Cruz (2007, p.14) “o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma tabula rasa, sobre espaços vazios e sem donos”. Portanto, o turismo apresenta uma intrínseca relação com o espaço, que condiciona a realização dessa atividade, mas contraditoriamente é produzido para que esta atividade ocorra e durante sua realização.

Os espaços turísticos, portanto, são esses espaços produzidos pela presença (mas muitas vezes não exclusividade) de atividades turísticas e, ao mesmo tempo, condicionantes dessas atividades. No entanto, Costa (2007), caracteriza o espaço turístico como uma rede, já que do espaço são selecionados pontos (e não a sua totalidade) por onde o turista passa e desenvolve suas atividades.

Ao considerar o turismo como uma atividade com grande participação na produção social do espaço, vários autores, como Knafou (1996) Cruz (2007; 2003), Fratucci (2007; 2008), Andrade e Tavares (2012) e Rocha e Tavares (2012) tratam do processo de turistificação do espaço. Vale ressaltar que esse é o enfoque deste trabalho, no entanto, outros diversos aspectos da sociedade contemporânea podem ser analisados a partir de um processo de apropriação, uso e transformações em decorrência do turismo, como, por exemplo, o estudo de Bhandari (2008), que trata da turistificação da cultura.

Cruz (2003; 2007) entende o processo de turistificação do espaço como processo de apropriação e uso do espaço pelo e para o turismo, e ressalta que, no processo de turistificação, não ocorrem apenas intervenções no sistema de objetos, por meio de mudanças físicas no espaço, mas também o sistema de ações recebe intervenções, através, por exemplo, de programas de qualificação profissional e de *marketing* turístico. A autora demonstra, assim, que não há turistificação apenas do campo material, mas também no campo imaterial da sociedade.

No entanto, esse processo de turistificação não implica somente em criação de objetos espaciais novos, pois, como explica Cruz (2007, p. 12),

[...] a criação de um novo sistema de objetos é, portanto, acompanhada pela adequação de objetos preexistentes aos novos usos requeridos pelo turismo, como é o caso dos vários projetos de recuperação/revitalização de bairros históricos [...] (2007, p. 12).

Assim, especialmente ao se analisar a existência de atividades turísticas nos centros históricos das cidades, o turismo tem a característica de criação de novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, atribuindo-lhes, em vários casos, novos significados e novas funções.

Para Figueiredo (2008, p. 86):

[a] turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos: os musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação. Os elementos são conformados para simbolizar, receber e acolher.

Portanto, a turistificação deixa, no espaço, suas marcas e evidências, a esse direcionamento para a recepção de visitantes e turistas, considerando principalmente os paradigmas mercadológicos de mediação desta atividade.

Fratucci (2008) ressalta que, para análise do turismo, devem ser considerados os agentes sociais (e suas relações) existentes no seu processo de desenvolvimento, superando a imprecisão de análises que abordam o turismo como agente que “causa impactos ambientais”, que “exclui grupos sociais locais”, por exemplo. Esse autor, propõe uma definição de turismo, que deve ser

[...] visto como um conjunto de agentes interrelacionados no tempo e no espaço, que compõem redes territoriais e de relacionamentos, sazonais, flexíveis e fluídas, onde ocorrem os encontros de alteridades distintas (do turista, do trabalhador, do anfitrião, do poder público e do capital), apoiadas tanto pela lógica da produção como do consumo. (FRATUCCI, 2008, p. 75).

Para Knafou (1996) existem três “fontes” de criação (no sentido de causadores, agentes) da atividade turística e de turistificação dos espaços turísticos, a saber: o turista, o mercado e o que o autor chama de “planejadores e promotores territoriais”. Importante revisão das considerações teóricas de Knafou é feita por Fratucci (2007), que reelabora essa definição dos agentes da turistificação, que passa a refletir melhor as realidade brasileiras.

Fratucci (2008, p. 74) indica que,

[...] assumindo o entendimento do agente como fator capaz de produzir um efeito sobre determinado fato ou atividade, os agentes sociais produtores do turismo compõem-se de pessoas, grupos sociais, empresas/firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso.

O autor considera também como agentes da turistificação os turistas, o mercado (comumente tratado entre os profissionais do turismo como “trade”), e renomeia o que Knafou (1996) chama de “planejadores e promotores territoriais” pelo que entendemos como agentes do Estado, além de acrescentar agentes ligados à grupos sociais autóctones, não citados por este.

O par dialético “Estado e mercado” “é composto por agentes hegemônicos no processo de turistificação, ressaltando que, em várias situações, como aponta Santos (1999), o Estado exerce um papel de subserviência aos agentes do mercado, enquanto

ente “regulador das relações sociais e de provedor de infraestrutura” (CRUZ, 2007, p.10).

Metodologicamente, é importante a ressalva que a referida autora faz ao fato de que o mercado não corresponde a uma amálgama de organizações empresariais, mas sim formado por agentes. Portanto, no processo de turistificação o mercado não é um agente em si, mas sim participam desse processo, agentes ligados ao mercado. Fratucci (2008, p. 88) diz que:

os discursos pregam o afastamento do Estado, mas a prática mostra que os próprios agentes do mercado se articulam e pressionam o Estado para que invista no fornecimento de toda a infra-estrutura necessária, para que eles se instalem sem riscos de perda ou prejuízo além de, também, articular para que esse mesmo Estado financie seus investimentos de maneira que lhes seja vantajosa.

Cruz (2007, p. 14) expõe que os turistas também exercem certa hegemonia no processo de turistificação, já que:

Estado e mercado atuam no setor de turismo em função da existência de consumidores-turistas e eles mesmos, turistas, tem sido responsáveis, ao longo da história, pela invenção de muitos destinos turísticos e, conseqüentemente, pela deflagração de novas dinâmicas nos processos de produção do espaço dos lugares dos quais se apropriam.

No entanto, o modo como os turistas empreendem suas viagens e a maneira como eles desenvolvem suas atividades não são homogêneas. Quanto a isso, Figueiredo (2010, p.28) adverte que:

[...] viajantes e turistas não são grupos constituídos, estudá-los pode ser uma grande armadilha. Ninguém é viajante ou turista, isso não é uma profissão ou uma característica racial ou biológica. Portanto, estudar essas noções é estudar tipos humanos completamente diferentes, e que se aproximam ou se afastam a partir das concepções sobre viagem e como se comportam quando estão viajando.

Portanto, diferente dos demais grupos ligados aos processos que nos propomos a estudar neste trabalho, os turistas correspondem a um grupo instável e momentâneo,

que corresponde às pessoas que temporariamente estão visitando um lugar diferente do seu.

Além do fato de nesse grupo haver uma diversidade dos modos de usos dos espaços turísticos e das atividades desenvolvidas nesses espaços, há também a existências de conflitos internos, de diferentes subgrupos de turistas, como demonstrou Ribeiro (2007), ao analisar as diferentes estratégias territoriais de apropriação e uso do espaço da Ilha de Mosqueiro, em Belém, por turistas de segunda residência e excursionistas.

Portanto, ainda que exista a hegemonia do Estado e de agentes ligados ao mercado, a sociedade civil não está isenta de sua participação no processo de turistificação. Essa participação pode ocorrer na mesma lógica hegemônica dos demais agentes, mas também podem representar contra racionalidades às determinações hegemônicas.

Para Souza (1997), existem três grupos principais a serem analisados, na perspectiva de identificar “quem ganha e quem perde” com o desenvolvimento do turismo. O primeiro seria a população da área de origem dos turistas, que na visão do autor, são neutros nessa relação de ganho ou perda, quer dizer, não ganham nem perdem; outro grupo compreende os turistas, que ganham com a atividade, pois, em tese, é para eles que os espaços são preparados; e por fim, a população das áreas de destino dos turistas, que podem ganhar ou perder, dependendo do modo como o turismo ocorre nessas áreas.

É importante ressaltar que ao considerar a população local como agente do processo de turistificação, teórica e metodologicamente não é possível homogeneizar esses agentes, de modo que na prática é comum que com a implementação do turismo, parte dessa população ganhe (direta ou indiretamente), seja com os lucros financeiros, seja pelo usufruto das estruturas implantadas para o turismo; enquanto outra parte dessa população vê-se prejudicada com a presença dessa atividade.

Para Miranda (2006, p. 21):

[a] remodelação de centros históricos voltados ao turismo apoia-se na remoção de elementos indesejáveis, como a pobreza e seus consequentes, e na valorização de aspectos artificiais, como cores fortes e iluminação teatral. O contato efêmero e superficial do turista e o gosto pelo exótico são reforçados pelos projetos de 'revitalização' urbana. Reflexos da espetacularização que toma conta da sociedade contemporânea, os espaços-cenário buscam responder às necessidades do público de visitantes.

A partir do entendimento de que o paradigma existente de uso e apropriação do patrimônio cultural pelos agentes ligados diretamente ao turismo, especialmente àqueles que veem essa atividade como possibilidade de dinamização de negócios, tem gerado dinâmicas espaciais que negligenciam (e em muitas vezes até excluem) parte considerável da história e das dinâmicas socioespaciais locais. Muitas ações nos Centros Históricos urbanos, atualmente, ocorrem com o objetivo de adequação desses espaços aos modelos estéticos do turismo global, transformando-os em meros cenários para atividades de lazer e turismo.

Por outro lado, Paes (2009) indica que a apropriação e uso turísticos dos Centros Históricos não devem se restringir àquelas políticas emergentes de refuncionalização, apontando que há possibilidades de desenvolvimento do turismo incluindo e valorizando as dinâmicas socioespaciais locais. Desse modo, um turismo de base local urbano, contribuiria a um desenvolvimento local dessas áreas urbanas, evitando ou amenizando os conflitos territoriais observados em iniciativas de imposição daquele referido modelo paradigmático.

Portanto, essa abordagem teórica nos permite notar que, ainda que os processos de patrimonialização e turistificação, esses processos, na prática, apresentam forte relação e a atuação dos grupos sociais envolvidos nesses processos, em várias situações, ocorrem com consequências que contribuam a ambos os processos.

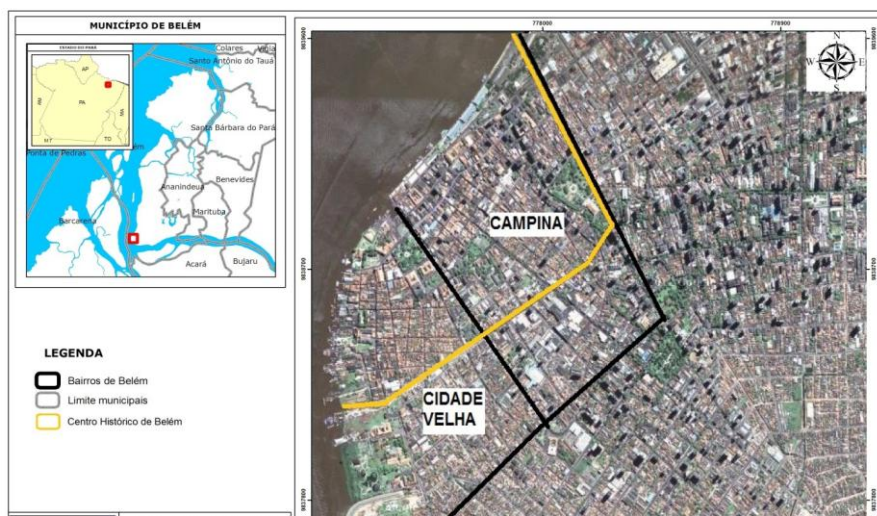
Essas premissas norteiam nossa análise sobre a produção do bairro da Cidade Velha, a partir do enfoque nas categorias do patrimônio cultural e do turismo, os grupos de agentes que participam ativamente desse processo, mesmo que esses grupos não sejam homogêneos. O desenvolvimento dessas análises, a partir do estudo específico da Cidade Velha, consta na seção seguinte.

TURISTIFICAÇÃO DO BAIRRO CIDADE VELHA: AGENTES E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO

O processo de colonização da Amazônia por Portugal e o início da formação socioespacial da cidade de Belém estão inseridos em estratégias para a integração do espaço amazônico ao império lusitano. O “patrimônio cultural” exaltado e protegido na Cidade Velha, sobretudo as referências culturais da colonização portuguesa, foi erigido a partir do aniquilamento do patrimônio cultural de outras sociedades, o que já evidencia uma característica básica da categoria patrimônio, que é a seletividade na escolha do que é considerado relevante enquanto bem patrimonial.

Penteado exemplifica o processo de produção do espaço do bairro Cidade Velha, nesse contexto histórico, com o registro da obra de ampliação da rua Domingos Rayol (atual rua Padre Champagnat), por volta de 1948 (Foto 1), a partir da demolição de casas existentes nessa rua. Tal ação resultou no alargamento da via que ligava o então largo do Palácio (atual praça Dom Pedro II) ao largo da Sé (atual praça Frei Caetano Brandão).

A Cidade velha, portanto, apresenta, dois contextos espaciais diferentes em suas delimitações: o de área administrativa do município de Belém e o de parte integrante do Centro Histórico de Belém (Mapa 1), que exclui a área de ocupação no século XIX, nos dispositivos de proteção legal.



Mapa 1: Delimitação do Centro Histórico de Belém. É possível perceber que, ainda que o Centro Histórico de Belém seja composto pelos bairros Cidade Velha e Campina, essa delimitação não corresponde à demarcação político-administrativa dos bairros, provocando sobreposições territoriais e alguns conflitos, sobretudo nas ações do Estado.

Fonte: Castro, 2012.

Em nossa pesquisa, observa-se que, considerando a relação com o processo de patrimonialização oficial e de atividades ligadas ao turismo, o bairro apresenta duas partes inseridas de modos diferentes nesse contexto.

Tanto no subsídio legal (BELÉM, 2010a) que delimita o Centro Histórico de Belém, quanto em estudos científicos sobre a área, como em Miranda (2006), quando se referem aos aspectos patrimoniais do bairro, se restringem a uma “Cidade Velha patrimonial”, que fica entre a baía do Guajará e a Avenida Tamandaré, protegida pela legislação municipal e estadual, ressaltada, como veremos, nos discursos sobre patrimônio e sobre turismo no bairro.

A parte que fica entre a Avenida Tamandaré e o bairro do Jurunas (de ocupação urbana mais recente), em diversas vezes, é excluída dessas abordagens. Por exemplo, quando é considerado que na Cidade Velha não há escola pública, entre outros serviços públicos, como faz Miranda (2006). No entanto, muitos desses serviços existem, mas estão localizados na “Cidade Velha periférica” (na periferia do núcleo referente aos primórdios da urbanização de Belém).

Vale ressaltar que, nas análises apresentadas nesse trabalho foi empreendido o esforço de observar a Cidade Velha em sua delimitação administrativa, o que nos forneceu uma amplitude das ações que caracterizam os processos de patrimonialização e turistificação no bairro. Tais análises são apresentadas na sessão seguinte.

ATUAÇÕES DO ESTADO NA TURISTIFICAÇÃO DO BAIRRO

Tanto a legislação do município, como também em Belém (2010b), prevê a utilização do Centro Histórico de Belém pelo turismo, quanto os programas municipais (BELÉM, 1998; s/d) e estaduais (PARÁ, 1971; 2001) para o turismo também apontam para o uso turístico do patrimônio cultural urbano como contribuição ao desenvolvimento do turismo na cidade. Nesse contexto, o bairro Cidade Velha passa a receber ações para a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a dinamização de novas atividades econômicas e de lazer, que contribuem para o desenvolvimento de atividades turísticas no bairro.

Em 1998 é inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”, que fez intervenções na Igreja de Santo Alexandre e no antigo Palácio Episcopal, onde passou a funcionar o Museu de Arte Sacra do Pará. Esse projeto refere-se à reordenamento de uma área de aproximadamente 50.000 m², realizada pelo Governo do Estado do Pará no núcleo histórico de fundação da cidade de Belém, no bairro Cidade Velha (TRINDADE JR. e AMARAL, 2006).

O Parque Ecológico “Mangal das Garças” foi outro projeto implementado pelo governo do Estado, resultado da reconfiguração de uma área de 40.000 m², inaugurado em 2005. Ambos os projetos possibilitaram e incentivaram a apropriação desses espaços por organizações da iniciativa privada, visando à dinamização econômica dessas áreas, atendendo a uma parcela da sociedade local e certos perfis de turistas.

O bairro (e outras partes da cidade) recebeu da PARATUR, em 2008, segundo entrevistas realizadas nesse órgão, a implantação da sinalização turística (Foto 1), obedecendo aos padrões internacionais para isso. Essa ação (juntamente com outras)

marca fisicamente o processo de turistificação dos espaços. É a indicação aos visitantes de quais espaços são adequados para que ocorram as atividades de visitas turísticas.

Esses espaços são os que predominantemente são divulgados na política pública de promoção turística de Belém, pelos governos municipal, estadual e federal, a exemplo do que apresenta a Figura 1.



Foto 1: Placa de sinalização turística, instalada na Rua Tomázia Perdigão. Indica as atrações turísticas presentes na Cidade Velha. Os espaços indicados na placa coincidem com as recentes intervenções estatais de refuncionalização no bairro e com o que é predominante na política de publicidade turística da cidade e do bairro.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

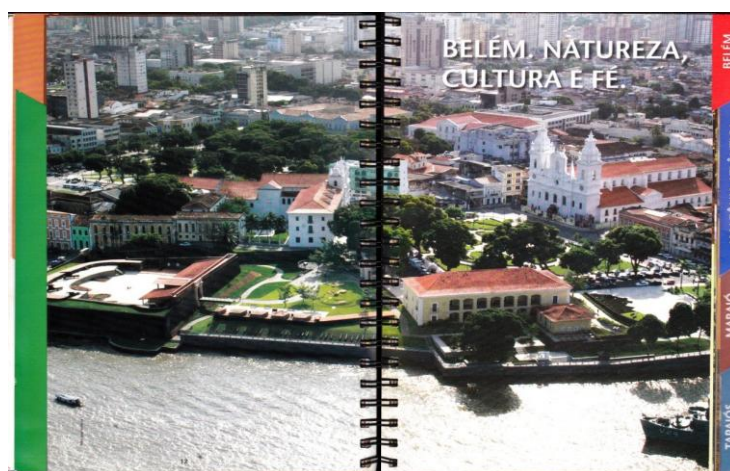


Figura 1: Página de catálogo de promoção do estado do Pará, distribuído em feiras nacionais e internacionais, principalmente para agentes que operam no mercado turístico. Ao divulgar a cidade de Belém, é dado grande destaque para o Complexo Feliz Lusitânia, muitas vezes divulgado como sinônimo reduzido do Centro Histórico de Belém.

Fonte: PARATUR, 2010.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição estatal, também tem atuado nos processos de turistificação do bairro Cidade Velha, por meio de dois projetos de extensão: O Fórum Landi e o Roteiros Geoturístico: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia (TAVARES, 2012; SERRA, 2011).

O primeiro, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade, tem o objetivo de realizar pesquisas e propostas de intervenções nas edificações projetadas pelo arquiteto Antônio Landi, presentes na Cidade Velha e em outros espaços de Belém. Esse projeto tem subsidiado ações de outros órgãos do Estado, bem como empresas privadas, a realizarem ações de restauro e preservação de prédios. Além disso, o projeto também elaborou um roteiro turístico pelas obras do arquiteto, e é ofertado por Guias de Turismo qualificado em cursos, que também fizeram parte do projeto.

Os roteiros são guiados pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR/UFPA) e as informações fornecidas aos participantes incluem contextualizações históricas e geográficas, para ampliar as informações superficiais utilizadas por roteiros turísticos comerciais tradicionais. Além dos espaços turísticos do

bairro comumente usados, os roteiros geoturísticos também permitem a visita a espaços que mostram muito da história socioespacial e da cultura atual do bairro. Exemplificam isso, observações à Alameda do Carmo (área com condições precárias de moradia), ao lado da Igreja do Carmo e a Feira do Açaí (Foto 2).

Esses espaços são considerados sem importância e esteticamente inapropriados a receberem visitação turística. Isso foi posto por agentes ligados à gestão pública municipal, empresários e profissionais do turismo. Tais espaços estão fora da noção do “belo”, não representam uma parte da história nem da vida cotidiana atual do bairro que interessaria ao turismo. Todavia, a realização dos roteiros mostraram que tanto os visitantes, quanto moradores da cidade passam a considerar relevantes tais espaços, a partir do momento que lhes são fornecidas informações que contextualizem esses espaços.



Foto 2: Participantes do roteiro geoturísticos na Feira do Açaí. Nesse momento do roteiro é explicada e visualizada a dinâmica de entreposto comercial que tem essa área, mas também são apresentados aspectos culturais do consumo do açaí, já que a cidade é abastecida desse produto por este porto.

Fonte: Costa, 2011.

Portanto, a atuação do Estado dá-se de modo contraditório e em diversas vertentes, inclusive obedecendo a diversos interesses e objetivos. Notamos que há um cenário propício a discussões sobre esses modelos de ações e suas consequências.

TURISTIFICAÇÃO POR AGENTES DA OFERTA MERCADOLÓGICA

Para entender a atuação dos agentes ligados diretamente e ativamente ao mercado capitalista, consideramos os diversos agentes, que de maneiras diferentes atuam como detentores de meios de produção, seja organizados em empresas formais do circuito superior da economia urbana, ou os trabalhadores autônomos e informais, que forma o circuito inferior desse sistema econômico.

As ações de patrimonialização empreendidas pelo Estado subsidiam a instalação e o desenvolvimento das atividades mercadológicas nas áreas patrimonializadas. Uma prática comum, observada nos projetos Feliz Lusitânia e Parque Mangal das Garças, é a sessão de espaços refuncionalizados pelo Estado para a instalação de restaurantes de alto padrão. Nesses espaços funcionam, respectivamente, o Boteco das Onze e o Manjar das Garças.

Após a finalização das ações de restauro da Catedral de Belém, localizada no Complexo Feliz Lusitânia, em 2009, ocorreu a instalação de uma loja de *souvenir* no interior desse templo, com venda de objetos religiosos, mas também com produtos destinados à visitantes externos à cidade, com frases do tipo “lembrança de Belém”, “fui em Belém e lembrei de você”, etc., adaptando-se à demanda de turistas que, segundo uma funcionária da loja, são frequentes nessa igreja.

As observações em campo nos permitiram observar também o processo de refuncionalização de prédios para a instalação de empresas de entretenimento, que ofertam festas privadas, tais como Açai Biruta (que a partir de 2012 passou a funcionar onde era o Mandala, empresa do mesmo ramo), Mormaço, Palafita e Porto Palmeiraço. O gerente de uma dessas empresas explicou-nos que esses espaços são frequentados predominantemente por jovens, da Região Metropolitana de Belém, mas que também é possível notar a presença de turistas, especialmente quando está sendo realizado algum evento na cidade.

Observamos também a apropriação dos espaços patrimonializados, em especial aqueles que receberam ações estatais recentes no bairro, por empresas que prestam

serviços para visitas turísticas, ilustrada pelo anúncio promocional da Figura 2, que segue.

Nos espaços patrimonializados e turistificados da Cidade Velha, observamos que alguns serviços também são prestados por trabalhadores autônomos (no sentido de atuarem no mercado sem a venda de sua força de trabalho a outros), não formalizados, mas que estão muito presentes nesses espaços. Esse é o caso de vendedores de alimentos, bebidas, brinquedos, souvenir, e também reparadores de carro, entre outros.

Não existe uma organização institucional que represente o conjunto desses trabalhadores (associações, cooperativas, etc.). Segundo um desses trabalhadores, eles instalam-se e atuam às proximidades dos espaços patrimonializados por que há um fluxo de pessoas que utilizam tais espaços para atividades de lazer, e que, portanto, são possíveis consumidores de seus produtos e serviços ofertados.



Figura 2: Anúncio na Internet ofertando serviço de passeio turístico pela cidade de Belém. O serviço inclui uma visita à Cidade velha restrita ao Complexo Feliz Lusitânia, núcleo urbano que representa o início da construção da cidade de Belém, excluindo a possibilidade de o turista conhecer, por meio desse *citytour*, a diversidade de elementos do patrimônio cultural presente no bairro (e a própria diversidade de espaços e de cultura que o bairro possui). Predomina em Belém a oferta desse tipo de serviço, basicamente com o mesmo conteúdo, pelas agências de turismo da cidade.

Fonte: Valeverde Turismo, 2012.

Outro aspecto apontado por esses trabalhadores é o de que a presença de turistas influencia em seus ganhos financeiros, no entanto, não em grande quantidade, pois eles percebem que atendem mais as pessoas que visitam os espaços, mas que moram na própria cidade. Os turistas são percebidos com menor frequência e menor quantidade.

Então, podemos perceber que os processos de turistificação de espaços do bairro também implicaram uma apropriação heterogênea por agentes dos diferentes circuitos da economia urbana.

COMUNIDADE DO BAIRRO: CONTRIBUIÇÕES E RESISTÊNCIAS À TURISTIFICAÇÃO

Nossa compreensão do modo como as pessoas que vivem no bairro atuam nos processos de turistificação partiu, principalmente, dos contatos com as duas associações de moradores existentes no bairro e de nossa participação em reuniões envolvendo esses moradores. Notamos que as associações atuam de modo diferente e com quase sem articulação nenhuma entre si.

O diretor de cultura da Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha explicou que essa instituição tem a participação de moradores de toda a extensão do bairro, mas que essa participação é pequena. Esse agente informou-nos, ainda, que a associação atua principalmente na valorização da cultura popular que existe no bairro, apoiando a realização de eventos ligados à manifestação dessa cultura.

Um ponto bastante ressaltado pelo representante daquela associação foi o fato de a instituição, nem os moradores, serem consultados ou considerados nos projetos estatais de intervenção no bairro. Apenas os projetos ligados à universidade aproximaram-se dos moradores e, de algum modo, consideraram suas demandas.

A presidente da Associação Cidade Velha, Cidade Viva explicou que essa organização atua predominantemente na Cidade Velha patrimonial (de acordo com a subdivisão proposta neste trabalho), alegando que a parte do bairro que compõe a periferia deste núcleo possui uma dinâmica socioespacial e não possui elementos patrimoniais históricos tão importantes (e antigos) quanto as do núcleo inicial da cidade.

Observamos que as duas associações possuem poucos moradores oficialmente associados. Ambos representantes das organizações justificam tal fato pelo pouco interesse dos moradores na organização política e representativa do bairro, mas que são procurados quanto a assuntos particulares referentes a reclamações pontuais de alguns moradores.

Tal fato é importante para compreendermos que, se de um lado o Estado não possui práticas participativas na elaboração e implementação de projetos no espaço do bairro, de outro os moradores não possuem práticas de auto organização e participação em atividades coletivas que digam respeito a problemas e demandas do bairro, em sua totalidade e diversidade.

Notamos também que a Igreja (especialmente Católica) influencia a dinâmica espacial da parte patrimonial do bairro, no que se diz respeito ao uso cultural e turístico de templos e áreas próximas a estes. A realização de eventos em áreas próximas a templos católicos, a visitação e intervenções de preservação física destes são realizadas mediante a ciência e autorização prévia da administração da Arquidiocese de Belém.

O bairro Cidade Velha, sendo parte do Centro Histórico de Belém, contem muito dos elementos do patrimônio cultural oficializado da cidade, diversos eventos culturais são promovidos e realizados neste bairro. Tal fato é exemplificado pelo “Auto do Círio”, projeto de extensão da UFPA, realizado na sexta-feira que antecede a procissão principal do Círio de Nazaré. Este evento é um cortejo teatral dramático que tem como objetivo apresentar uma releitura do próprio Círio, ressaltando manifestações profanas, relacionando-os com a cultura paraense e a religiosidade, utilizando-se de sátiras e elementos carnavalescos. Outras programações realizadas nesse bairro são o Festival de Verão, a Seresta do Carmo, o Arrastão do Peixe Boi e o Auto de Natal, que ocorrem ao longo do ano.

Para entender melhor a dinâmica de promoção e realização de eventos culturais na Cidade Velha, nos aprofundamos em informações coletadas a partir de observações em campo e entrevista com um produtor cultural, focando nas atividades relacionadas ao carnaval. Neste contexto, observamos diversas manifestações ligadas ao carnaval,

como os blocos de rua, inclusive aqueles que acontecem tanto na Cidade Velha patrimonial, quanto na Cidade Velha periférica.

Levantamos, mais especificamente, informações sobre o bloco Fofó de Belém, o qual tem cerca de 20 anos e foi inspirado em um antigo bloco existente no bairro, chamado Afoxé do Guarda-Chuva. Estas informações foram dadas pelo organizador dessa manifestação, que teve sua carreira de artista iniciada no bairro. O mesmo explicou que o seu objetivo principal é exhibir-se enquanto artista, no entanto, tem consciência de que, “cria um conceito” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012) de continuação de manifestações ligadas ao carnaval, como as marchinhas, a caranga, uso de máscaras, blocos de rua, que estão na memória afetiva, e se misturam com práticas culturais mais recentes (Foto 3).

Além disso, essas manifestações recebem apoio do Estado por meio de projetos de incentivo à cultura e outros tipos de financiamento como de empresas privadas e doação de amigos, sendo que a organização prima pela gratuidade e livre acesso de todos ao evento. Ainda que existam esses incentivos estatais, há também uma competição entre o Estado e os produtores culturais a respeito do destino dos investimentos. Segundo o mesmo organizador, alguns artistas, que estão intimamente relacionados aos órgãos públicos, investem em suas próprias carreiras e em grupos próximos, sem uma divisão democrática.



Foto 3: Participantes do bloco carnavalesco de rua Fofó de Belém, concentrados na Praça do Carmo. Pode ser notada a presença de barracas padronizadas, disponibilizada por empresa patrocinadora do evento.

Fonte: Castro, 2011.

Quando indagado a respeito do planejamento do evento, o entrevistado explicou que é uma “organização desorganizada, pra não perder a coisa anárquica, a coisa divertida” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012) e que não há preocupação específica com o turismo e com os turistas, pois, na sua visão, “onde está o turismo, acabam com tudo, a gente acaba... o turista leva tudo” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012). A visão negativa de possíveis efeitos do turismo, portanto, provoca certa rejeição em pensar o evento para o turismo, o que não impede a presença de turistas (com base na observação de campo) no referido evento.

Dentre os eventos culturais realizados na Cidade Velha, aqueles relacionados ao carnaval são os que, de acordo com nossas observações, geram mais conflitos no bairro. De um lado, uma quantidade grande de pessoas lotam ruas do bairro, tanto na parte oficialmente patrimonializada, quanto na parte de ocupação mais recente, em eventos organizados por moradores da área e promotores culturais externos (quanto à moradia) ao bairro. Por outro lado, parte dos moradores é contra esses eventos (ou o modo como eles acontecem), atuando, inclusive, para impedir sua realização.

Essas situações, inclusive, motivam mais a participação dos moradores junto às organizações que os representam no bairro, do que as discussões, nessas mesmas organizações, sobre projetos estatais que incidem sobre o espaço do bairro. Tal comparação é possível a partir de nossa participação em diferentes reuniões, principalmente da CiViva, onde a pauta sobre reivindicações de proibição dos eventos ligados ao carnaval atraiu mais moradores, com diferentes opiniões, do que, por exemplo, as reuniões sobre a proteção federal da área ou para elaboração de propostas para o bairro ao governo municipal.

A preservação do patrimônio parece não ser feita para todas as pessoas “falta fazer um trabalho para as pessoas terem o patrimônio como deles, fazer uma campanha para as pessoas terem uma relação de amor com todo o patrimônio” (Organizador do Bloco Carnavalesco Fofó de Belém. Entrevista concedida em 2012.). Essa ideia mostra-nos que a concepção comum de patrimônio cultural considera predominantemente os aspectos materiais da cultura.

“O OLHAR DO TURISTA”: O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURA

Parafraseando a obra de Urry (1996), com o mesmo título desta sessão, expomos aqui a visão dos turistas sobre o patrimônio cultural existente no bairro Cidade Velha, e a caracterização das atividades realizadas por esses agentes no bairro. Para isso, além de nossas observações em campo, foram entrevistados dez turistas, durante a realização do Auto do Círio. A maioria dos entrevistados era do Centro-Sul brasileiro e dois eram de países europeus, e também a maioria deles estavam em Belém em função das festas do Círio de Nazaré.

Nas entrevistas foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que os visitantes foram a Cidade Velha motivados pelo Auto do Círio, também havia o interesse em conhecer a área por ser o Centro Histórico de Belém e tinham previamente informações sobre esse espaço, inclusive que essa área é legalmente protegida. Todos disseram que estavam no bairro também pelo fato de serem indicados, predominantemente por familiares ou amigos que vivem em Belém, a conhecerem o bairro histórico, onde, segundo essas indicações, estão presentes importantes elementos do patrimônio cultural da cidade, referindo-se principalmente às edificações, que para eles corresponde a alguns atrativos turísticos citados: o forte, algumas igrejas e museus existentes na área.

É importante destacar essa referência, por parte dos turistas, ao patrimônio cultural da Cidade Velha como, principalmente, os objetos espaciais do bairro, em detrimento de citarem práticas culturais, como o próprio evento do Auto Círio e o cotidiano do bairro, suas festas, seus modos de vida, etc. Essa concepção também foi percebida no contato com outros agentes, ligados ao Estado, ao mercado e aos moradores do bairro. A abordagem espacial do patrimônio permite-nos, portanto, perceber que é a materialidade dos elementos patrimoniais que são ressaltadas, não havendo a devida relação com as práticas humanas que as constroem e são influenciadas por esses objetos.

As atividades realizadas pelos visitantes entrevistados, de modo geral, são visitas aos museus e igrejas do Complexo Feliz Lusitânia, alguns ao Parque Mangal, e em restaurantes e bares do bairro, muitos deles às margens do rio. Tais atividades são desenvolvidas, em geral, sem a mediação de agências ou guias de turismo. No entanto, em várias de nossas estadas no bairro, para as observações em campo, presenciamos grupos de turistas em visitas ao bairro por meio de passeios organizados por agências de turismo de cidade.

As práticas do turismo podem ser caracterizadas, portanto, com o uso de uma parte, uma amostra do espaço e sua cultura. Todos os entrevistados ressaltaram o interesse pelos aspectos patrimoniais das partes do bairro que são divulgadas como espaços turísticos. Todos deixaram explícitos o fato de não terem conhecido espaços do bairro, diferente daqueles incluídos em pacotes turísticos, ou indicados por agentes do turismo.

Ao registrar a importância dos espaços ligados ao patrimônio cultural, situados na Cidade Velha, a grande maioria dos visitantes entrevistados também aponta uma impressão de descuido com várias edificações, que, segundo eles, estão deteriorados. Além disso, apontam como problemática a falta de limpeza dos espaços públicos do bairro e da cidade (nas partes onde estiveram).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural urbano presente no Centro Histórico de Belém-PA é pensado como algo que deve ser exibido ao visitante, como uma amostra de referências culturais e históricas da cidade. Esse princípio está presente, principalmente, nas estratégias estatais de apropriação do espaço.

Identificamos no processo de turistificação atual o Estado, o mercado, a comunidade e os turistas. O primeiro prevê o uso turístico do patrimônio na legislação de proteção dos elementos culturais patrimonializados e incentiva tal uso nos programas específicos para o desenvolvimento do turismo. A parte os órgãos específicos

para cultura e turismo, a universidade também contribui a esse processo, com proposição de modos de realizar atividades turísticas no bairro.

Agentes do mercado turístico, como as agências de turismo, oferecem serviços para a utilização de espaços patrimonializados do bairro e agentes do circuito inferior da economia urbana inserem-se na dinamização econômica, ainda que algumas vezes de modo precário, para participar dos ganhos financeiros que atividades comerciais ligados ao turismo podem gerar.

A comunidade não demonstrou resistências especificamente ao turismo, mas alguns moradores são contra a realização de eventos culturais que trazem grande número de pessoas, inclusive turistas, e causam problemas, como barulho, lixo, na ruas do bairro.

Os turistas usam apenas pontos do bairro, especialmente àqueles que receberam intervenções recentes do Estado, que são divulgados na política de publicidade turística e incluídos nos serviços das empresas turísticas. Esses agentes, de modo geral, não demonstram interesse em conhecer aspectos do bairro que não estejam naqueles espaços mais fortemente turistificados.

Existem contradições no modo de atuação de todos os subgrupos de agentes da produção do espaço. Nenhum grupo de agente age de maneira homogênea, o que não quer dizer que não haja modos de atuação predominantes (hegemônicos) – fruto da diversidade de individualidades, de multiterritorialização. Da complexidade desses processos.

A pretensa unificação identitária por interesses e tradições comuns do patrimônio cultural é relativa, nesse estudo, pois os diversos conflitos territoriais observados no espaço patrimonializado do bairro Cidade Velha demonstra que, pela perspectiva do patrimônio, se grupos sociais são unidos, há também muita divergência quanto ao que deve ser patrimonializado e mais ainda sobre o modo como esse patrimônio deve ser apropriado e usado.

O princípio da dinâmica da produção do espaço indica que o espaço do bairro da Cidade Velha não tenha sido aqui apresentado como pronto ou estático, mas o estudo faz

uma interrupção num processo que ainda pode ser observado, e novas ações e novos objetos farão parte do futuro e do presente desse bairro.

TOURISTIFICATION PROCESSES OF SPACE OF CULTURAL HERITAGE: A STUDY ON HISTORIC CENTRE OF BELÉM, PARÁ

ABSTRACT

Tourism appears as one of the main options adopted for to make dynamic areas of cultural heritage, selecting, adapting and commercializing space within urban core areas, patrimonialized and used as tourist areas, for visitation and contact with the history and culture of cities. This research has as main objective to analyze the processes of touristification on Old City, in Belém, to understand how these processes have contributed to the production of space that neighborhood. The specific objectives had to identify the agents touristification processes in the neighborhood and the analysis of their strategies of appropriation and use of space. This work is important as a contribution to the theoretical and practical debate on the urban cultural heritage management policies for the development of alternative tourism development models and ownership of these assets. The paper presents a qualitative approach to data collected and analyzed from desk research and direct observation in the field, with semi-structured interviews with social workers pointed out the theory that supports research and photographic record. The study shows as the case study of Bethlehem Historic Centre the touristification the cultural heritage space occurs through multiple processes of appropriation and use of patrimonialized cultural elements, for multiple social agents.

KEYWORDS: TOURISM. TOURISTIFICATION. TOURIST SPACE. CULTURAL HERITAGE. AMAZON.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Terence; TAVARES, Maria Goretti. Le projet d'intégration de l'Amazone vu sous l'angle de la touristification des lieux. *Confins*, Paris, v. 14, p. 1-1, mar 2012.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

BELÉM. **Plano Municipal de Turismo**. Versão preliminar. Belém: BELEMTUR, 1998.

BELÉM. **Programa Turismo Belém 14**. 14 diretrizes para o desenvolvimento de Belém através do turismo. Belém: BELEMTUR, [s/d].

BELÉM. Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/legislacao_belém/lei_7709_bel.htm>. Acesso em: 23 jan 2010a.

BELÉM. Lei n. 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Belém. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/planodiretor/>. Acesso em: 23 jan 2010b.

BHANDARI, Kalyan. Touristification of cultural resources: a case study of Robert Burns. **Tourism: an international interdisciplinary journal**, v. 56, n. 3, p. 283-293, nov. 2008.

COSTA, Maria Augusta. **Rede turística e organização espacial: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA**. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

CRUZ, Rita. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, Rita. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2003.

FRATUCCI, Aguinaldo. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 309f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FIGUEIREDO, Silvio. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEFEBVRE, Henri. La production del espacio. **Sociologia**, [S.l.], n.3, p. 219-229, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MIRANDA, Cybelle. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do patrimônio cultural em Belém. 2006. 262f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

PARÁ. **Condições do turismo no Pará**. Belém: IDESP, 1971.

PARÁ. **Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará**. Belém: PARATUR, 2001.

PAES, Maria Tereza. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

RIBEIRO, Willame. **Ordem de desordem do território turístico**: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago. 1999.

SERRA, Hugo. A construção de roteiros geoturísticos no centro histórico de Belém-PA: o planejamento turístico urbano em bases alternativas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011. **Conferência...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SINCLAIR, M. Thea; STABLER, Mike. **Aspectos econômicos do turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TAVARES, Maria Goretti; SERRA, Hugo; CASTRO, Cleber; SILVA, Felipe; SILVEIRA, Larissa; SERRA, Debora; LOBATO, Alessandra, PEREIRA, Nabila. Roteiros geoturísticos em Belém, na Amazônia brasileira: uma experiência para um melhor conhecimento e difusão do patrimônio urbano. In: IGLESIAS, María Carolina. (Org.). **Patrimônio turístico en Iberoamérica**: experiencias de investigación, desarrollo e innovación. Santiago: Ediciones Universidad Central de Chile, 2012, 395-403.

TRINDADE JR, Saint-Clair; AMARAL, Márcio Douglas. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 111, p. 73-103, jan/dez. 2006.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RAEGA** – o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 1, n. 23, p. 340-375, 2011.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 25. fev. 2016

Aprovação Final: 12. abr. 2016

Referência (NBR 6023/2002)

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 5, n. 1, p. 57-87, jan./jun. 2016.